



Ecos de um império derrotado: a memória da Guerra Colonial em *Autópsia de um mar de ruínas*, de João de Melo

Leonardo von Pfeil Rommel

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6312-1887>

E-mail: lvpfeil@hotmail.com

RESUMO

O presente ensaio analisa o testemunho da Guerra Colonial no romance *Autópsia de um mar de ruínas*, de João de Melo. Publicado em 1984, dez anos após a abertura política e o final do império colonial português, a narrativa busca construir uma memória sobre a guerra, inscrevendo na consciência e na identidade portuguesa contemporâneas, por meio da arte, um dos capítulos mais traumáticos da história da nação.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Colonial; Memória; Testemunho.

Echoes of a Defeated Empire: the Memory of the Colonial War in
Autópsia de um mar de ruínas, by João de Melo

ABSTRACT

This essay analyzes the testimony of the Colonial War in the novel *Autópsia de um mar de ruínas*, by João de Melo. Published in 1984, ten years after the political opening and the end of the portuguese colonial empire, the narrative seeks to build a memory about the war, inscribing in contemporary portuguese consciousness and identity, through art, one of the most traumatic chapters in the history of nation.

KEYWORDS: Colonial War; Memory; Testimony.



Entre os anos de 1961 e 1974 Portugal manteve uma relação extremamente conflituosa com suas colônias africanas. A busca pela independência política e econômica por parte de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde foi prontamente reprimida pela ditadura salazarista, que entendia que a posse dos territórios ultramarinos era um elemento crucial para a manutenção da economia e, principalmente, da identidade nacional.

A Guerra Colonial¹, de acordo com a visão de Roberto Vecchi (2010), é responsável por instalar um tempo de exceção na memória/história imperial portuguesa, uma vez que assinala uma ruptura e um movimento de tensão no imaginário e na identidade nacional, devido ao fato de ela “ser uma guerra que mina a ontologia nacional” (Vecchi, 2010, p. 20) e rasura a ideologia do Estado Novo de Salazar, que defendia a noção do *Portugal uno e indivisível do Minho a Timor*².

Nos campos de batalha da África lutava-se então não somente pelos espaços territoriais. Em jogo estavam principalmente a identidade nacional e “cinco séculos da História de Portugal, cinco séculos de colonização” (Vecchi, 2010, p. 96). A guerra, desta forma, tensiona profundamente a pseudomemória imperial criada pelo salazarismo durante as quase cinco décadas em que controlou autoritariamente Portugal. É a partir da Guerra Colonial que todo o aparato ideológico do Estado Novo criado sobre a questão colonial começa a entrar em colapso.

A guerra inscreve-se então como evento paradigmático e ambíguo na existência imperial lusitana, na medida em que obriga Portugal a lutar contra os seus próprios territórios ultramarinos, a fim de evitar o desmembramento do corpo político e identitário da nação. De acordo com o pensamento de Roberto Vecchi (2010), a Guerra Colonial representa, pela carga simbólica que nela se acumula, o fim do tempo imperial, um período de exceção e transição da história de Portugal.

A ditadura do Estado Novo buscou de todas as formas enquadrar a guerra na mitologia imperial da nação, defendendo a ideia de que lutar contra a independência dos territórios ultramarinos em África tratava-se de uma questão de defesa da soberania e da identidade nacional. Para Salazar, os espaços coloniais garantiam a Portugal estabilidade econômica e política e perdê-los significava sacrificar a própria existência do regime, acima de tudo.

Como forma de mascarar a realidade e se perpetuar no poder, a ditadura do Estado Novo manteve durante décadas a sociedade portuguesa “vigiada por uma censura activa e manipuladora” (Ribeiro, 2004, p. 177), utilizando uma estratégia de silenciamento em relação às informações sobre a Guerra Colonial, evitando, inclusive, utilizar a palavra guerra. A ditadura fazia então vigorar em Portugal um clima de censura, mantendo sempre a “opinião pública desinformada e controlada” (idem, p. 174), principalmente em relação à violência dos combates nas colônias africanas. Conforme Margarida Calafate Ribeiro:

¹ A historiografia e a crítica literária portuguesas adotam há várias décadas a designação de Guerra Colonial como forma de representar o período de combates entre Portugal e suas colônias ultramarinas. Para os países africanos, a luta contra o colonialismo europeu em busca da liberdade política é chamada de Guerra de Independência ou Guerra de Libertação.

² “*Portugal uno e indivisível, do Minho a Timor*” era um dos principais *slogans* utilizados pelo regime de Salazar, a fim de exaltar e glorificar a vocação imperial do país e apresentar sua contrariedade aos movimentos anticoloniais.

No entanto, se no início ainda houve alguma informação sobre o assunto, ainda que marcadamente manipulada (...), com o decorrer da guerra as notícias foram-se reduzindo a comunicados oficiais e, controladamente, a listas de falecimentos. O conteúdo dos comunicados era mais ou menos o mesmo: o que estava a acontecer em África não era uma guerra, mas uma “acção de soberania”, cujos resultados apresentavam uma dinâmica de pacificação e progresso (Ribeiro, 2004, p. 177-178).

Tendo-se em vista toda esta cortina de silêncio e ocultação que rondava a questão colonial, é possível afirmar que a Guerra Colonial atinge realmente o Portugal metropolitano principalmente a partir do momento em que uma grande parcela da população masculina passa a ser mobilizada para os campos de batalha no continente africano. De acordo com Sertório (2001), durante os treze anos de combates, mais de um milhão de portugueses foram mobilizados para atuarem junto ao exército colonial, número este que corresponde a quase 90% da população jovem masculina de Portugal na década de 1970.

Se a informação oficial era distorcida pela ditadura e anunciava que os combates serviam para estabelecer a paz nas colônias ultramarinas, “a realidade por detrás desta ficção tornava-se visível na esfera privada (...) com as cartas que traziam notícias dessa guerra distante, com um telegrama oficial, com o regresso dos militares a contar histórias de África” (Ribeiro, 2004, p. 178), e, principalmente, com o regresso dos mortos e dos feridos, situações estas que começaram a corroer o regime e a sua ideologia colonialista.

São os combatentes, em sua maioria jovens portugueses obrigados a abandonar suas vidas e seus sonhos para servir ao exército nos campos de batalha, os primeiros responsáveis por questionar toda a ideologia colonial do Estado Novo. São as cartas, poesias e romances, gestados a partir da experiência singular e violenta da guerra, testemunhos e discursos que lançam uma visão de contraponto ao silêncio que o regime buscava implantar sobre a questão da Guerra Colonial e sobre a brutalidade do colonialismo lusitano em África.

Cabe ressaltar, nesse sentido de denúncia do colonialismo e de testemunho sobre a violência da Guerra Colonial, a relevância da produção poética de Manuel Alegre, com *Praça da Canção* (1965) e *O canto e as armas* (1967), e de Fernando Assis Pacheco, com *Cuidar dos Vivos* (1963) e *Catalabanza, Quilolo e Volta* (1972). Publicadas antes de 1974 e ainda no decorrer da guerra em edições clandestinas, as poesias dos dois jovens combatentes questionavam a instrumentalização da memória coletiva da nação feita pela ditadura salazarista e apresentavam a Guerra Colonial como uma jornada antiépica, esvaziada de sentido, repleta somente de morte e destruição.

A abertura democrática assinalada pela Revolução dos Cravos, em abril de 1974, marca o surgimento de autores como António Lobo Antunes, João de Melo e Lídia Jorge, que abordam em seus romances a experiência histórica da guerra e a violência perpetrada pelo regime colonial nos territórios ultramarinos. Seus textos-testemunho buscam reescrever a história portuguesa contemporânea por meio do discurso ficcional e tornam-se, assim, poderosas formas de reflexão sobre a identidade nacional.

De acordo com Márcio Seligmann-Silva (2003, p. 40), “a literatura expressa o seu teor testemunhal de modo mais evidente ao tratar de temas-limite”, como as guerras, os genocídios e os períodos marcados pela opressão e violência ditatorial. Ainda conforme Seligmann-Silva (2003,

p. 40), a literatura marcada pelo tom testemunhal “quer ser documentária, documento” de memória e de denúncia da realidade.

Conforme Roberto Vecchi (2010, p. 81), “a memória declinada em formas narrativa ou lírica por esta *lost generation* (...) reabriu, seguindo o fio das recordações pessoais e coletivas, a leitura histórica daqueles tempos, traumáticos e tenebrosos”. Através da escrita ficcional, a geração de escritores que tematiza em suas obras a questão do trauma histórico da guerra almeja salvar do esquecimento o conturbado passado recente nacional. A literatura “contribui então para expor e vocalizar traumas que doutro modo ficariam invisíveis ou silenciados” (Vecchi, 2010, p. 53).

A literatura que tematiza a questão da Guerra Colonial no período pós-abril de 1974 também busca romper com o silêncio sobre a guerra imposto na sociedade portuguesa. Após a Revolução dos Cravos, a memória coletiva da nação busca apagar o passado recente, como forma de afastar-se do legado problemático do salazarismo e do colonialismo. Segundo Margarida Calafate Ribeiro (2004, p. 248), a ocultação da guerra, mesmo após o 25 de abril, “não era uma vontade autoritária, mas sim uma incapacidade de avaliação das condições reais para lidar com tão dolorosa e explosiva herança” e uma imagem de país que se queria apagar.

Nos novos tempos de democracia, após décadas de opressão, doutrinação e silêncio, a literatura propicia um espaço simbólico de ajustes de contas com o passado. Roberto Vecchi (2010) comenta que a literatura surgida no final da ditadura salazarista ganha corpo em um vazio historiográfico, e atende à necessidade social de reler o passado imediato, de garantir à sociedade o direito de ler e escrever a História recente, interdita e silenciada.

O presente ensaio analisa o testemunho da Guerra Colonial no romance *Autópsia de um mar de ruínas*, de João de Melo. Publicado em 1984, dez anos após a abertura política e o final do império colonial português, a narrativa busca construir uma memória sobre a guerra, inscrevendo na consciência e na identidade portuguesa contemporâneas, por meio da arte, um dos capítulos mais traumáticos da história da nação.

João de Melo fez parte da geração de portugueses mobilizada para a Guerra Colonial e esteve em Angola entre os anos de 1971 e 1974, onde desempenhou a função de enfermeiro do exército português, atuando em zonas de combate na região de Calambata, norte do país. Assim como Manuel Alegre, Fernando Assis Pacheco e António Lobo Antunes, João de Melo trata-se de mais um caso de um ex-combatente que, por meio da literatura, constrói um testemunho sobre a experiência histórica da guerra.

Autópsia de um mar de ruínas é um romance dividido em vinte e quatro capítulos, arquitetado por uma estrutura polifônica, em que são apresentadas, alternadamente, as vozes e relatos dos combatentes portugueses e do povo angolano. A narração por parte dos portugueses assume, em determinados momentos, principalmente a voz do soldado Renato, do furriel Borges e do furriel enfermeiro, que pode ser analisado sob a perspectiva de um *alter ego* do próprio escritor, João de Melo.

Através do discurso dos combatentes portugueses, temos acesso à realidade do campo de batalha, conhecendo assim os medos, angústias e revoltas que permeavam a vida dos soldados no cumprimento da missão de defesa dos territórios ultramarinos. Em relação aos narradores angolanos, as principais vozes que surgem no romance são de Natália, Romeu e o soba, que

apresentam o ponto de vista dos africanos. Seus discursos revelam a brutalidade da guerra e do sistema colonial português e a esperança pela libertação de Angola.

Através da estrutura polifônica do romance, percebe-se que “ambos, portugueses e angolanos, se encontram unidos, enquanto vítimas de um poder que os desterritorializou e decidiu das suas vidas” (Ribeiro, 2023, p. 209), uma vez que os dois lados se encontram presos pela guerra. Enquanto a população angolana encontra-se confinada à vigilância das senzalas³, os portugueses foram obrigados a abandonar suas vidas a fim de defender os valores da ditadura salazarista.

Para os angolanos, “a guerra trazia emboscadas em toda a região: quase todos os dias rebentavam minas nas picadas” (Melo, 1992, p. 248) e “o mundo estava triste com o estado-de-sítio que apertava o cerco às zonas de Calambata, Cuimba, Buela, Magina, Mama Rosa e Madimba (...)” (Melo, 1992, p. 248). A guerra é vista como um tempo de tristeza e sofrimento, uma vez que as pessoas foram obrigadas a deixar suas terras e inúmeras famílias foram separadas, ficando assim sem esperanças de um futuro de paz:

De modo que todo o Norte falava só a linguagem dos seus muitos mortos sem memória. A solidão castigava a terra. Ninguém podia já acreditar que existisse um deus capaz de sorrir no coração das mulheres. (...) As crianças mesmo sabiam todos os segredos dessa guerra que não ia mais ter fim, espécie de castigo que elas tinham herdado das pessoas mais velhas, de geração em geração (Melo, 1992, p. 248).

Ao analisar os discursos dos combatentes portugueses, percebe-se que existe entre os personagens o consenso de que a guerra é uma condenação sem fim, uma prisão na qual o tempo e suas vidas ficaram em suspenso. Na guerra, prevalece um tempo no qual “os dias repetiam-se, voltando sempre ao princípio e aos mesmos actos” (Melo, 1992, p. 54), um “tempo que não ia em direcção a destino nenhum” (idem, p. 54), criando assim a impressão de que “estava tudo ao contrário no mundo” (idem, p. 19).

Conforme o discurso do furriel enfermeiro, após muitos meses em contato diário com a morte e com o sofrimento, “(...) já não fazia sentido nenhum enumerar, apontar o dedo, dizer o nome por que designamos as coisas e a ordem natural das coisas. A guerra era a única, a inacreditável realidade do tempo e do mundo” (idem, p. 179), responsável por abolir todo o sentido da vida e da existência.

A guerra é o tempo que reduz os homens e a potência da vida a nada, uma vez que “– Penso que um homem não é nada – murmura o Semedo (...) / – Vem de lá um tiro de metralhadora e era uma vez um homem. Nem dá tempo para a gente pôr as mãos à frente dos olhos” (Melo, 1992, p. 115). Conforme o soldado Ricardo, “– Esta guerra transformou-nos a todos em barris de pólvora a arder (...) / Nunca mais seremos os mesmos homens” (Melo, 1992, p. 202).

No discurso do furriel Borges, durante a noite em que passa de vigia do quartel, percebe-se a reflexão sobre os motivos daquela guerra sem fim. Com saudades da mulher e das filhas, seu dis-

³ Durante a Guerra Colonial, o exército português realocava as populações africanas para viverem nas senzalas, pequenas vilas construídas ao lado dos quartéis, a fim de que as pessoas vivessem sob constante vigilância e assim fossem cortados seus laços de apoio e influência junto aos guerrilheiros.

curso apresenta a falta de crença nos valores anunciados pela propaganda salazarista e, ao mesmo tempo, sente-se enganado pelo seu país, por estar dedicando sua vida na defesa do sistema colonial, que gerava riqueza apenas para uma pequena parcela de colonos e trazia a violência, o sofrimento e a morte para os soldados e para o povo africano:

(...) era um homem perdido, com os pés na lama e a noção de pátria em crise. A pátria tinha-o enganado nas suas razões essenciais: como podia ela merecer alguma crença numa noite assim, às três da manhã, quando os colonos dormiam saciados de mulher? Nenhuma insónia podia perturbar o sono dos colonos, o sono inútil, cheio de riso e prazer, de todos os colonos do Norte – enquanto ele, furriel Borges, sentado na terra dos negros colonizados, perguntava para si: porquê esta guerra? (Melo, 1992, p. 22).

No refeitório do quartel, como forma de protesto e de desabafo contra a falta de sentido da guerra, havia, “Em lugar visível, na parede em frente da porta, uma inscrição em letras garrafais, à qual muita gente apontava o dedo para obrigar a mudar de conversa, dizia: É PROIBIDO DIZER QUE HÁ GUERRA” (Melo, 1992, p. 51). Tal frase ironizava as ordens do Estado Novo de Salazar, que buscava silenciar a realidade sobre a guerra e sobre o colonialismo em África. Ainda segundo o narrador, “Nunca ninguém soube quem a escrevera. Mas todos assumiam aquela frase como um compromisso moral, protegendo-a contra os caiadores” (idem, p. 51).

Dentre todas as vozes dos combatentes portugueses que são apresentadas no decorrer da narrativa, destaca-se, porém, a voz do furriel enfermeiro, personagem que pode ser lido como uma espécie de representação autobiográfica do autor, uma vez que, além de desempenhar a função de enfermeiro, assim como João de Melo, é por meio do seu olhar atento e sensível ao sofrimento e às mazelas, tanto dos portugueses quanto dos africanos, que temos acesso a um discurso que desconstrói o império colonial por dentro.

O furriel enfermeiro dedica-se constantemente a atender a população angolana, confinada à miséria e à violência da senzala. É um personagem que transita entre os dois mundos, o colonizador e o colonizado. Durante sua primeira visita à senzala, compara a forma como o colonialismo português tratava os africanos ao nazismo, uma vez que “tudo o que vira lhe fizera lembrar os *ghettos*, as forjas de extermínio lento dos nazis, embora lhe faltassem as torres, os fornos, as câmaras de gás e as sentinelas de metralhadora, capacete e holofotes sempre à mão” (Melo, 1992, p. 88).

É durante suas constantes visitas à senzala para tratar os doentes, que o furriel enfermeiro “vai compreendendo como as fantasias imperiais aprendidas na escola sobre *o mundo que o português criou*” (Ribeiro, 2004, p. 329) eram, na verdade, falácias de um mundo em decomposição. Os territórios ultramarinos, celebrados pela retórica salazarista eram, assim como as senzalas, “um barco sem mastros, à beira de naufragar” (Melo, 1992, p. 65), onde reinava a pobreza, a miséria e a fome.

O discurso dos personagens africanos também é responsável por apontar toda a violência e opressão do sistema colonial. O brutal espancamento de Romeu pelo chefe de polícia, os constantes abusos que as mulheres sofriam por parte dos soldados portugueses e a exploração do trabalho forçado nas lavouras de café são episódios que, ao longo da narrativa, demonstram o lado sombrio do império português.

Segundo a voz de rebeldia e revolta de Natália, “os brancos parece têm mesmo os olhos dos pássaros sem nenhum motivo, pousados ainda em nós só para estragar a vida das pessoas” (Melo, 1992, p. 55). Ainda segundo a narradora, os brancos “tinham acabado por estragar e tornar inútil a vida das pessoas. Em coisa nenhuma da vida o preto tinha opinião. Nada, Nada. Quietos e calados, quando não chicote nas costas” (idem, p. 207). Diante de toda fome e injustiça, os angolanos esperavam ainda o fim da guerra e o dia da libertação, que expulsaria os portugueses de seu país.

O dia havia de chegar, tarde ou cedo, isso eles acreditavam. Mentira, isto que estou-te falar? Porque lutavam então os combatentes nessas matas sombrias e maravilhosas? Seus braços ganhavam ainda uma força raivosa em cada gesto, em cada palavra que não dizem. Pensam a libertação ia chegando um pouco naquilo que faziam, pelo trabalho, enquanto esperavam que a guerra expulsasse os brancos lá bem para longe e deixasse a terra livre para eles a amarem nesse trabalho. (Melo, 1992, p. 210).

Um dos acontecimentos centrais do romance desenrola-se no décimo primeiro capítulo, quando o pelotão do furriel enfermeiro é atacado por uma emboscada, montada pelos guerrilheiros angolanos. Este episódio torna-se paradigmático aos olhos do furriel enfermeiro, uma vez que se apresenta como revelação de todo o absurdo e violência da guerra. Ao deparar-se com os corpos desfeitos pelos tiros e explosões, segundo o enfermeiro, “aquelas coisas não podiam estar a acontecer-me a mim: vira-as algumas vezes nos filmes, ouvira falar delas à distância e com ouvido distraído; faziam parte da morte dos outros e só deles (...)” (Melo, 1992, p. 130).

Porém, do lado de trás, ao centro da nuca do soldado Amaral, uma cratera com ovos abria tudo: esguichavam bolas de sangue, miolos vomitados, rolos de cabelo misturados com esquilas e lascas de couro. E então eu soube que estava no mais horrível momento e que toda a memória da minha vida tinha entretanto desaparecido. Quem era eu?, pensei. Nunca estivera em outro qualquer lugar do mundo. Apalpava o meu corpo com as mãos incrédulas, e ele já não existia; tinha-me esquecido de todas as suas formas ainda há pouco familiares, precisava de ir à procura dele, recuperá-lo depressa, regressar com ele ao mundo de que nos havíamos perdido (Melo, 1992, p. 131).

A realidade traumática do acontecimento conduz o enfermeiro a um processo de despersonalização e desligamento da realidade, uma vez que, “Quem sou eu?, pensei de novo. Quem sou eu, para ter de olhar o peito aberto do soldado Cláudio (...)?” (idem, p. 131). Impotente perante os gritos e pedidos de socorro dos feridos, constata que jamais esquecerá, ficará para sempre preso à guerra e à memória da morte dos companheiros, “Estou para sempre com o olhar pousado neles e de frente para a sua rigidez” (idem, p. 160).

Conforme Vecchi (2010, p. 66), “a guerra constitui assim uma experiência radical de descontinuidade em todos os níveis da consciência”, uma vez que “a experiência desagregada e negativa (...), aprofunda e radicaliza a acção de desmembramento e dissolução das ordens espaço-temporais” (Vecchi, 2010, p. 65), alterando profundamente “a percepção das relações entre o sujeito, o espaço e o tempo” (idem, p. 65), provocando, assim, uma ruptura radical nas identidades individual e coletiva dos combatentes portugueses.

Margarida Calafate Ribeiro (1998, p. 148) apresenta a noção de que a literatura que tematiza a guerra colonial “narra de diversas formas o processo de dilaceração e de transformação do ser

individual e colectivo (...)", uma vez que a "crise do conflito é sobretudo uma crise de identidade, de autorreconhecimento do ser pessoal e do ser português" (Ribeiro, 1998, p. 148). A guerra colonial exerce uma ruptura na identidade do combatente, que traduz-se em metáfora da ruptura da própria identidade nacional portuguesa, uma vez que a guerra tensiona a imagem do império uno e indivisível, como defendia a retórica do salazarismo.

Diante dos mortos, o alferes enfermeiro reflete que "eram nove rapazes da minha idade, mas todos tinham deixado de valer" (Melo, 1992, p. 160), uma vez que já não podiam mais servir ao salazarismo e à defesa dos territórios ultramarinos. É ainda diante da grotesca cena dos corpos destruídos que o enfermeiro questiona a falsidade dos discursos do Estado Novo e conclui que "(...) isto nunca esteve previsto naquilo que durante anos me disseram, nas coisas e mentiras que me foram ensinadas. Em Portugal, esta sempre foi uma guerrazinha menor, sem importância (...)" (idem, p. 140).

Mortos os homens, sabia-se, outros viriam de Portugal, em sua rendição. Os jornais de Lisboa dariam parcamente a notícia dessa morte, dois nomes por semana e só dois, para que nunca parecessem muitos; era certo e seguro que o ministro mandaria um telegrama de condolências à família: grande, grande é a nossa pátria porque tais filhos ela tem; as corajosas mães que choram são o vivo exemplo de que Portugal é o país eterno; a nossa juventude morre generosamente nas distantes partes de África, mas vive no coração dos que melhor amam o seu povo (Melo, 1992, p. 144).

Após o pelotão regressar ao quartel, o enfermeiro inicia o processo de preparação dos corpos, para que sejam enviados de volta a Portugal, e então reflete criticamente sobre o fato de que "Em poucas horas, partiriam para Lisboa os telegramas de condolências, a serem reexpedidos em segunda redacção por Sua Excelência o ministro da Guerra" (idem, p. 168), informando que "*faleceu em combate na Província Portuguesa de Angola e ao Serviço da Pátria* o menino de sua mãe a seguir identificado – para que assim a mãe ficasse certa e sabida de quanto o ministro prezava pelo sacrifício do povo português" (idem, p. 168-169) na defesa dos territórios imperiais.

A imagem dos corpos desfeitos pela violência suscita junto ao enfermeiro a dúvida de que "(...) talvez não haja, nem possam existir, palavras nem ideias, nem fortes sensações de vivos" (Melo, 1992, p. 160) capazes de representar o horror e a brutalidade da guerra. Conforme o desabado e a perplexidade do furriel, a morte só poderá ser enfrentada através de um grito de revolta, capaz de rasurar todos os silêncios que encobriam a dolorosa verdade sobre a Guerra Colonial.

Não é possível, ninguém conseguirá nunca sobre eles deixar escrita a memória desse dia. Só talvez um grito, pensei, um berro altíssimo e distante, uma voz erguendo-se no espaço, fora do tempo e de toda a memória – e o grito encheria de sons o céu de África, as planícies sem princípio, o segredo eterno das palmeiras e dos imbondeiros; só talvez um grito, atravessado por muitos outros gritos, encheria os seus sobrenaturais tambores com a voz de todos os sinos do mundo. Só isso, ou o meu silêncio de agora, pensei perante a visão daqueles corpos (Melo, 1992, p. 160).

Na parte final do romance, surge o discurso de revolta do soldado Renato, responsável por narrar a sua própria morte, durante uma missão de combate que buscava vingança pelos sol-

dados portugueses mortos pela emboscada. Para Renato, cujo corpo encontra-se já abatido no capim, em meio a um cenário de destruição, resta somente a acusação de que “Vou morrer pela honra e desdém de todos os colonos do Norte, morrer pelo seu tempo de cágados imperiais, pelas suas cabras, pelas terras roubadas” (Melo, 1992, p. 288).

Ao defender o papel da literatura como discurso de testemunho dos traumas históricos, Márcio Seligmann-Silva (2008, p. 106) aponta a noção de que “o trauma encontra na imaginação um meio para a sua narração. A imaginação é chamada para enfrentar o buraco negro do real do trauma”. A literatura portuguesa surgida a partir da experiência da guerra busca simbolizar, traduzir e transformar em linguagem, por meio do simbólico e das estratégias narrativas da arte, a dor, o trauma e o luto gerados pelo conflito armado que marcou toda uma geração de portugueses e africanos

A literatura que tematiza a experiência histórica da Guerra Colonial busca assim, por meio de um caráter testemunhal, “preencher a lacuna e o silêncio imposto pela história oficial, pela contraposição do testemunho” (Ribeiro, 1998, p. 139), da experiência e da memória individual. A literatura da guerra colonial constitui-se, assim, em “um sistema mais complexo de revisão do ser português” (Ribeiro, 1998, p. 137), pois problematiza a identidade nacional ao abordar os conturbados capítulos finais do império colonial português.

Em seu romance, João de Melo executa, por meio da literatura, uma verdadeira autópsia do império colonial português. As vozes dos personagens atuam como ecos que rompem o silêncio e revelam as ruínas, memórias e fragmentos gerados pela brutalidade da Guerra Colonial. A ficção de João de Melo apresenta-se, dessa forma, como um discurso de memória, que busca resgatar o passado do esquecimento, trazendo assim à luz um dos capítulos mais conturbados da história portuguesa.

CONFLITO DE INTERESSES

O autor não possui conflito de interesses a declarar.

REFERÊNCIAS

MELO, João de. **Autópsia de um mar de ruínas**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

RIBEIRO, Margarida Calafate. João de Melo: Guerra Colonial, experiência e escrita. **Revista Letras Con Vida**, Madrid, n. 10, p. 205-227, 2023.

RIBEIRO, Margarida Calafate. **Uma história de regressos**: império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

RIBEIRO, Margarida Calafate. Percursos Africanos: a Guerra Colonial na Literatura Pós-25 de Abril. **Portuguese Literary and Cultural Studies**. V.1, 1998, p. 125-152.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.



SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: escrituras híbridas das catástrofes. **Gragoatá**, Niterói, n. 24, p. 101-117, 2008

SERTÓRIO, Humberto. A Guerra Colonial ainda não acabou. *In*: TEIXEIRA, Rui A (org.). **A Guerra Colonial: realidade e ficção**. (Org.). Livro de Actas do I Congresso Internacional. Lisboa: Editora Notícias, 2001, p. 217-230.

VECCHI, Roberto. **Excepção atlântica: pensar a literatura da Guerra Colonial**. Porto: Afrontamento, 2010.